

Da Crise do Capital ao Renascimento no Canavial: a Gestão Solidária na Usina Catende-PE

RESUMO: Neste texto apresentamos o estudo de caso da Usina Catende – Projeto Harmonia, discutindo a evolução de um modo de gestão tipicamente coronelista à articulação de uma gestão participativa, erguida pelos trabalhadores a frente do processo produtivo. Apontam-se conceitos (como autogestão e co-gestão) utilizados no processo de gestão da usina, bem como expomos as mudanças históricas ocorridas, saindo de um contexto tradicional de gestão usineira até o quadro atual da Usina Catende – Harmonia. No texto apresentamos o perfil do trabalhadores, e também discutimos o processo de gestão, mecanismos de participação, quadro atual das atividades, onde apresentamos dados sobre a diversificação das atividades produtivas (como adoção de outras culturas e pecuária). São explicadas as modalidades “cana própria” e “cana do morador”, que são relativas a distribuição do plantio e colheita da cana-de-açúcar na área da usina, bem como verificamos dados evolutivos dessas modalidades na moagem das safras de 1995/1996 a 2004/2005. E ao fim são feitas considerações a respeito da análise de dados realizada no artigo, onde também apresentamos reflexões e perspectivas da Usina Catende.

Palavras-Chave: Gestão Solidária – Co-gestão – Autogestão – Usina Catende.

1. Introdução

Observamos que a história do capitalismo é marcada pelas lutas de resistência e críticas aos seus valores. Boaventura de Sousa Santos (2002) corrobora apontando as lutas contemporâneas das comunidades indígenas contra a exploração do território habitado por seus ancestrais, como também a luta dos operários pela manutenção dos empregos e melhorias de trabalho e salarial. Assim verificamos o capitalismo por diversas vezes confrontado e desafiado.

O crescente acirramento no sistema econômico capitalista, onde gradativamente observamos a separação entre os indivíduos, tendo como base sua quota de capital ou capacidade de trabalho, como também a crise do desemprego e precarização do trabalho que norteiam o país, trás à tona questões que começam a ser discutidas pela sociedade.

Verificamos o crescente aumento do desemprego e o fechamento de empresas ocasionadas pela competitividade no mercado econômico, entre outros fatores, que levam a exclusão social milhares de trabalhadores ao ano. Assim nesse contexto observamos a movimentação de segmentos da sociedade em busca de outras formas de organização econômica que preze por uma gestão coletiva, chamada por muitos de “outra economia” (CATTANI, 2003), nela busca-se a libertação do trabalhador da situação de uma peça servil para estratégias individuais e acumulação de capital de uma minoria, como também uma forma de sair da condição de exclusão do trabalho através da geração de renda em prol de um coletivo.

Assim os trabalhadores através do associativismo e cooperativismo econômico, onde permeiam capital social, buscam alternativas econômicas que visem um bem-estar coletivo e geração de desenvolvimento no entorno (GAIGER, 2004). Desta forma a economia solidária surge no seio do da formação social capitalista como um modo de produção diferenciado no qual tentar organizar a produção de um modo que os meios de produção sejam de todos que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2002). A viabilidade desse modo alternativo e emancipatório esta intrinsecamente ligada a sua sobrevivência no mercado hegemônico

capitalista, mantendo internamente nas suas organizações os laços de igualdade, solidariedade e respeito ao meio ambiente.

No Brasil a economia solidária surge como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, iniciam pedidos de concordata e entram em processo falimentar, e assim alguns trabalhadores realizam um movimento para manutenção dos empregos (SINGER, 2002).

Dentre os vários empreendimentos que aderiram os princípios da economia solidária temos no Brasil um caso de grande dimensão, devido a intervenção direta a 2.300 trabalhadores e estar situada em região onde é constante a falência de empreendimentos (sem quitação de dívidas trabalhistas) que utilizam mão-de-obra precarizada e deter 27.670 mil hectares (que estão inseridos em 5 municípios). Assim estamos falando do caso da Usina Catende – Projeto Harmonia. Um empreendimento solidário que surge da falência de uma usina que, por força da justiça, passa a ser gerida pelos trabalhadores herdeiros das dívidas trabalhistas deixadas pelos antigos donos.

Este artigo é desenvolvido a partir da análise de dados secundários e primários obtidos junto à administração da usina, bem como a observação direta desenvolvida pelos autores durante visitas que ocorreram durante os anos de 2004 e 2005. São abordadas: a história da Usina Catende, perpassando pelo momento do pedido de falência, o quadro atual da usina (perfil populacional, bens e diversificação entre outros), a gestão da usina (também são abordados conceitos de autogestão e co-gestão) e por fim considerações a cerca dos dados e análises apresentadas.

2. A Usina Catende – da Gestão Coronelista a Gestão Participativa

A cidade de Catende está localizada na zona da mata de Pernambuco, região que durante décadas teve (e ainda continua com menor força) a indústria canavieira como o principal motor do desenvolvimento. Catende tem uma população de 31.257 habitantes (IBGE, 2006), detém um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,644 (PNUD, 2006), sendo o município classificado dentre as regiões consideradas de médio desenvolvimento (segundo PNUD entre 0,5 e 0,8).

Neste município que se encontra a sede da Usina Catende que foi administrada por uma família tradicional, conduzida de forma austera, comumente as demais usinas do Estado, a essência das relações sociais entre usineiro e trabalhador marcada pela dependência dos trabalhadores à usina, onde as formas de tratamento permeavam nomenclaturas militares (Ex.: coronel, capitão). Os trabalhadores eram proibidos de plantar cultura de subsistência familiar e criação de animais consumo próprio, bem como as compras dos trabalhadores deveriam ser efetuadas no “barracão” (mercearia que vendia mantimentos aos trabalhadores) do usineiro, e assim os trabalhadores acabavam endividando-se acima dos seus ganhos, assim devendo no barracão ficavam inviabilizados de saírem da usina sem antes saldarem a dívida que contraíam, tornando-se um círculo vicioso (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005).

Entre as décadas de 40 e 50, a Usina Catende obteve destaque na produção sucroalcooleira pernambucana e nacional, sendo a primeira usina brasileira a produzir álcool anidro. Vale ressaltar que nesta época a Usina Catende era maior usina de açúcar na América do Sul (em área), ocupando 70 mil hectares entre os Estados de Pernambuco e Alagoas, e detendo um inovador projeto de irrigação através de barragens e canais, e com uma usina hidroelétrica capaz de fornecer energia para toda a Zona da Mata Sul (NASCIMENTO, 2004).

No início da década de 70 foi um período que os usineiros da Catende obtiveram grande apoio governamental, usufruindo do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, obtendo empréstimos. Nessa fase inicial, os novos proprietários destruíram a infra-estrutura produtiva, removendo a linha férrea para vender os trilhos e capitalizarem-se, as barragens foram destruídas para plantar-se cana no leito dos açudes, os canais de irrigação foram aterrados, como curva de nível para construção das estradas vicinais por onde iriam transitar os caminhões adquiridos na fase do Pró-álcool (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005).

Porém o cenário foi modificado com o fechamento do IAA no governo Fernando Collor, fator que contribuiu para acelerar a situação de insolvência da atividade. O protecionismo e apoio governamental camuflou a má gerência que permeava o setor canavieiro, e ao fim dos incentivos e apoio governamentais ficou visível as falhas empresariais do setor, o que desencadeou a crise na indústria canavieira, principalmente no nordeste do Brasil.

O colapso sócio-econômico do modelo, liderado pelo IAA durante muito tempo, gerou nas décadas de 80 e 90, dentre outros graves impactos na zona açucareira de Pernambuco, o fechamento de cerca de 18 (dezoito) unidades sucro-alcooleiras, a extinção de 150 mil postos de trabalho e a expulsão dos trabalhadores do campo, após a destruição de cerca de 40 mil pequenos sítios onde plantavam lavouras de subsistência (Plano de Gestão). Provocou o agravamento da situação sócio-econômica em dezenas de municípios, arruinando milhares de trabalhadores, comerciantes e prestadores de serviços.

Em meio a esta turbulência econômica no setor canavieiro, ocorreu na Usina Catende uma demissão em massa (em torno de 4.000 trabalhadores) e o não pagamento das suas dívidas trabalhistas, em 1993. Assim 2.300 trabalhadores mobilizaram-se junto aos sindicatos rurais, Federação do Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e governo estadual, a fim de serem ressarcidos de suas dívidas e também evitar o fechamento da usina, que é uma fonte essencial de renda de várias famílias, bem como organização fundamental para o bom andamento da economia local.

Decretada a falência no ano de 1995, foi a primeira falência judicial de usina nordestina. Rompeu-se, nesse caso, com o costume de serem os “usineiros quebrados” os próprios liquidantes de suas empresas falidas, como sucedeu com outras 18 empresas. Estas foram sucateadas, e os credores, públicos e trabalhistas, foram lesados em seus direitos. De 1995 até 1998 a massa falida foi administrada pelo Banco do Brasil, pois trata-se do principal credor da Usina Catende, porém é válido lembrar que segundo a Lei de Falências (Decreto nº 7.661/45), as dívidas trabalhistas devem ser as primeiras a serem pagas. A partir de 1998 organizaram-se num peculiar modelo de co-gestão com o síndico da massa falida indicado pelo Poder Judiciário e o apoio do Banco do Brasil, onde cerca de 2.200 trabalhadores aderiram ao projeto. Assim constituiu-se a Companhia Agrícola Harmonia, uma empresa cujos pilares estão sustentados em princípios históricos presentes na luta dos trabalhadores pela autogestão: a democracia, a solidariedade entre outros.

A Usina Catende a partir deste momento surge uma nova perspectiva para os trabalhadores que saem de uma gestão meramente capitalista e individualista, onde o lucro é repartido para poucos, e transforma-se numa ação coletiva onde os herdeiros das dívidas trabalhistas propõem-se a desenvolver uma gestão participativa. Assim verifica-se o embrião da formação de um empreendimento solidário, que nasce como resposta às problemáticas locais e principalmente a crise do desemprego que ocorrem desde a década passada, neste caso ocasionada pela decadência do setor canavieiro, em peculiar este caso tende a buscar uma futura autogestão, onde os trabalhadores gerem a própria organização.

Em meados de 2004 ocorreram mudanças no panorama administrativo da Usina Catende, a gestão da massa falida passa pela primeira vez para um trabalhador da usina o Sr. Marivaldo Silva de Andrade, que atualmente exerce a função de síndico da massa falida assessorado por alguns profissionais e com o apoio e participação dos trabalhadores herdeiros das dívidas trabalhistas. Outro fato foi à criação da Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, criada em dezembro de 2004 por 2.200 trabalhadores e trabalhadoras rurais credores que desenvolvem agricultura familiar nas terras da Usina Catende.

2.1. Quadro atual da Usina Catende

De acordo com dados do Censo Populacional do Projeto Catende Harmonia, realizado pela equipe gestora dos sindicatos dos engenhos da usina no ano de 1998 e atualizado em 2003, quanto ao gênero a população é constituída por 50,6% pessoas do sexo feminino e 49,4 % do sexo masculino, o que aponta um equilíbrio da presença feminina, porém faltam dados para verificar se esta paridade também ocorrer na distribuição de postos de trabalho no âmbito da usina. Já a população está distribuída por faixa etária, 37,1%, de 0 a 12 anos; 13,22% de 13 a 17 anos; 14,61%, de 18 a 24 anos; 31,67% de 25 a 60 anos; e 5,75% acima de 60 anos; verificando-se o predomínio do público jovem entre a população que abrange as terras da Usina Catende, assim devendo ter uma atenção maior o estímulo atividades com os jovens para que estes possam fixar-se no trabalho da usina e contribuindo a diversificação das atividades de geração de renda e valorização da usina, já que estes jovem em sua maioria são herdeiros de percentuais da massa falida da usina pleiteada por seus pais, assim são considerados o futuro da Usina Catende.

A Usina Catende detêm encontra-se com 27.670 hectares, distribuídos em 48 fazendas (conhecido popularmente entre os trabalhadores como “engenho”), localizadas nos municípios de Catende, Palmares, Água Preta, Jaqueira e Xexéu. De acordo com o Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, a área está distribuída da seguinte forma:

Quadro 1

Área total (em hectares)	27.670
Área para exploração com cana própria	11.100
Área para exploração com cana dos moradores	6.900
Área de floresta	3.000
Área de cercado e outras culturas diferentes de cana	2.200
Área com destino não definido	3.270
Área não aproveitável	1.200

Fonte: Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. 2005

Neste panorama da distribuição de atividades nas terras da Usina Catende é necessário ressaltar a existência de 2 (dois) tipos de exploração do plantio da cana-de-açúcar: exploração coletiva e agricultura familiar.

Na exploração coletiva a relação se dá entre trabalhadores rurais e a gestão da usina parecida com os moldes tradicionais aplicados na indústria canavieira, porém sem replicar o

modelo de apropriação do trabalho por uma minoria proprietária, e sim para o coletivo (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005). A cana colhida desta forma é chamada de “cana própria” (representa 39,4% da cana-de-açúcar utilizada na usina), pois pertence à usina, e seus gastos integram os custos de produção.

Na agricultura familiar os trabalhadores rurais, em espaços determinados (uso das áreas é negociado e autorizado pelo coletivo e pela Justiça), desenvolvem a cultura da cana nas terras da usina, com a gerencia por unidades familiares, onde com autonomia e assumindo os custos vendem seu produto à usina, posicionando-se semelhante ao fornecedor (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005). Ressalta-se que não é cobrado qualquer arrendamento pelo uso da terra, considerando que todos são e moradores-credores. Assim esse tipo de plantio da cana é chamado de “cana do morador” (representa 34% da cana-de-açúcar utilizada na usina), e constitui-se a participação e autonomia dos trabalhadores rurais no Projeto Catende Harmonia.

Esta metodologia de distribuição de terra para plantio de cana por unidades familiares vem obtendo grande expansão nos últimos 5 (cinco) anos, e contribui para sustentabilidade social e econômica do projeto, bem como à formação de renda familiar. Inicialmente eram utilizados financiamentos internos, sem juros e com carência e prazo, nos moldes de uma cooperativa de crédito, na qual a moeda foram sementes, insumos e terras. Porém atualmente os trabalhadores conquistaram o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que se trata de um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações (PRONAF, 2005).

Nesta nova perspectiva obtida de crédito provindo do PRONAF, gerenciado pela agência Banco do Brasil de Catende, onde realiza uma atuação integrada para garantir o acesso amplo ao crédito e a qualidade de sua aplicação. Destaca-se que durante três anos consecutivos (2003 a 2005) o índice de inadimplência foi zero (ou próximo de zero), constituindo um dos exemplos nacionais de êxito do PRONAF (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005).

Após definirmos o funcionamento da “cana própria” e “cana do morador”, apresentaremos seu volume em participação no quadro de entrada de cana-de-açúcar na usina durante período de moagem de 1995/1996¹ a 2004/2005:

Quadro 2
Entrada de Cana-de-Açúcar na Usina, por origem (em kg)

Safras	Própria %	Fornecedor %	Morador %	Outras Origens %	Total
1995/1996	28,9	71,1	0,0	0,0	518.982,920
1996/1997	35,0	65,0	0,0	0,0	563.085,100
1997/1998	39,3	60,7	0,0	0,0	314.316,710
1998/1999	50,4	48,1	1,5	0,0	459.779,230
1999/2000	38,8	27,4	3,5	30,0	590.865,700

¹ A safra da cana-de-açúcar ocorre entre os meses de outubro a março, por este motivo os dados apresentam 2 (dois) anos nas safras, representando o os meses de início da safra (outubro a dezembro) e os de fim da safra (janeiro a março).

2000/2001	56,7	36,3	7,0	0,0	408.771,880
2001/2002	40,2	29,1	10,3	20,4	525.694,890
2002/2003	42,1	18,0	18,7	21,2	536.345,510
2003/2004	48,1	20,0	26,2	5,7	440.606,980
2004/2005	39,4	26,6	34,0	0,0	432.804,680

Fonte: Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. 2005

É possível observarmos que a “cana do morador” vem aumentando sua participação constantemente desde sua implementação na moagem de 1998/1999 (a moagem ocorre de meados de setembro outubro até início de março), porém verificamos oscilações da “cana própria”, o que acarreta em aumento na compra de cana-de-açúcar junto aos fornecedores o que conseqüentemente onera os custos de produção da usina. É necessário que ocorra um planejamento para diminuir o uso da cana do fornecedor, haja vista a existência de um potencial de hectares que pode suprir essa compra, porém cabe ressalva a dificuldade da usina em obter crédito para arcar os custos de manejo e plantio para o aumento da produtividade da usina devido a condição de massa falida.

Também se observa que o plantio da cana-de-açúcar representa a maior parcela do cultivo nas terras da usina, porém é verificada que cerca de 2.200 hectares das terras são ocupadas com outras culturas atividades de geração de renda através da diversificação.

Dentre as atividades de diversificação produtiva verifica-se a pecuária ocupando 1.920 hectares, que abrange 745 produtores e um rebanho de 2.965, nesta atividade destaca-se a bovinocultura que representa 58% do rebanho na pecuária. Outra atividade é a agricultura familiar apoiada em outros cultivos (mandioca, banana, macaxeira, inhame, abacaxi, batata, café, entre outras culturas), ocupando 1.708 hectares, movimentando 4.433 produtores. Por fim também se verifica a piscicultura, que abrange cerca de 169 agricultores e tem uma produção de aproximadamente 47.863 alevinos/ano.

2.2. Sobre a Gestão

Primeiramente para melhor compreensão do relato da gestão da usina, bem como as terminologias utilizadas neste item, iremos discorrer sobre o modelo de gestão empregado no processo de autogestão e co-gestão.

A autogestão é um modelo no qual a organização é exercida plenamente pelos trabalhadores, desde as decisões ao controle. Atualmente a autogestão é citada em discussões teóricas e práticas, nos setores da economia social, terceiro setor e cooperativismo de trabalho.

“a autogestão constitui-se na forma mais radical e globalista de participação, pois no sentido claro e restrito do termo, significa a autonomia dos membros de uma organização para definir os destinos, os métodos e os resultados da ação da organização em que trabalham” (MOTTA, 1983 apud BRONCKHORST e CARVALHO, 2000)

No modelo de autogestão é implementado um ambiente de democracia, liberdade e eficiência, porém não é abolida a autoridade na organização, mas sim uma mudança da estrutura autoritária por uma gestão social.

Já a co-gestão objetiva favorecer a integração dos trabalhadores ao sistema produtivo capitalista, mas focando o aumento da produtividade, conseqüentemente gerando mais-valia (GUILLERM e BOURDET, 1976). Este modelo permite que os trabalhadores intervenham no escalão de concepção e na fixação de política global da empresa, porém esta intervenção situa-se no nível de conselho. Porém verifica-se na co-gestão que aos trabalhadores é permitido a participação nos meios, mas não nos fins da organização.

Com base na observação direta e análise do Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia (2005), é verificada uma gestão peculiar dentro do segmento de usinas de cana-de-açúcar onde os trabalhadores através de um grupo de representação e assessores (a estrutura será melhor explicado adiante) junto a justiça lideram o processo de gestão participativa no território da usina onde definem a aplicação dos recursos, e decisões relacionados às necessidades existentes, assim desenhando-se um modelo de co-gestão, onde não são diretamente os trabalhadores credores que efetivamente exercem o poder de decisão sobre os fins da organização e nem necessariamente a participação nas reuniões (devido ao modelo utilizado de representações).

A título de definições é necessário frisarmos que a Administração Judicial da Usina é composta por 1 (um) síndico da massa falida (atualmente um trabalhador, como mencionado anteriormente), 1 (um) diretor financeiro da massa falida, 1 (um) superintendente agrícola da massa falida, 3 (três) assessores, 1 (um) advogado dos trabalhadores e sindicatos, 1 (um) advogado do trabalhadores e 1(uma) advogada da massa falida.

Voltando a dinâmica da gestão participativa é observado seu favorecimento pela existência de associações e conselhos de moradores (ao todo são 53 no território da usina) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Jaqueira, Catende, Palmares, Água Preta e Xexéu, onde as essas estruturas funcionam como organizações de representatividades dos moradores junto com a Administração Judicial e nas reuniões semanais com a Administração Judicial, assim são responsáveis em responder pelos trabalhadores, herdeiros de dívidas trabalhistas, pertencentes a cada organização.

Verifica-se que na gestão agrícola da usina cada fazenda/engenho possui um administrador. Salienta-se que esta administração agrícola é auxiliada pela existência de divisão territorial das 48 fazendas/engenho em 6 (seis) Zonas de Produção Agrícola (ZPAs), onde a administração é exercida por supervisores, gerentes agrícolas e pelo síndico da massa falida (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005).

Na gestão administrativa do Programa “Cana do Morador”, devido a sua importância e o número de trabalhadores beneficiado pelo crédito do PRONAF, a mesma detém uma coordenação responsável por coordenar a gestão do programa, bem como interagir com os demais setores da Usina Catende.

Na fábrica a gestão ocorre através do gerente geral que é assessorado por chefias presentes em cada unidade da fábrica, sempre existindo a supervisão geral do síndico. Os operários das fábricas organizam-se em Comissão de Representantes a fim de auxiliar nas discussões e deliberações da Administração Judicial.

Além destas peculiaridades na gestão, verifica-se que por trás dando suporte administrativo a todas as áreas, campo e indústria, a Administração Judicial também se desdobra em Diretoria Administrativo-Financeira, integrada por várias chefias, sob a coordenação de um diretor e supervisão do síndico. Como também há um escritório no Recife, onde está instalada uma Diretoria Executiva, a Coordenação Jurídica e o corpo de advogados, onde coordena-se a contabilidade e acompanha-se o trâmite do processo falimentar na 18ª Vara Cível do Recife, com informações e assessoramento ao Juiz da Falência (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA, 2005).

Salienta-se que esta estrutura funcional é acompanhada pelos Sindicatos, Associações e Conselhos, em especial nas reuniões semanais as quartas-feiras.

A gestão, devido à alegação da Administração Judicial da necessidade de decisões rápidas (rotineiras) na produção, mantém uma verticalidade do ponto de vista da eficiência e velocidade na execução das atividades no campo e na indústria.

Observa-se que o processo decisório predomina o modelo de representação onde sindicato, associações e conselhos defendem os interesses dos trabalhadores credores junto as reuniões semanais gestão com a Administração Judicial. Verifica-se que este modelo já gerou no passado instabilidades do processo gerencial, o que veio acarretar a saída do antigo Síndico da Massa Falida, o Sr. Mário Borba, principalmente pela pressão exercida pelos sindicatos, associações conselhos e trabalhadores a fim de repassar o cargo de síndico da massa falida a um trabalhador.

3. Considerações Finais

Os trabalhadores em três momentos históricos importantes, caracterizados pelos distintos *modos de produção* como o Feudalismo, o Capitalismo Industrial e o Capitalismo Financeiro, procuraram se organizarem de forma semelhante, em grupos associados, cooperados ou mutualistas, sempre buscando prover o bem-estar social. Todavia, as crises sociais e econômicas que permearam cada modo de produção, provocando insegurança e sufocando suas esperanças de sobrevivência, levaram a cada uma destas gerações pensar soluções que lhes adaptassem ao modo de vida de sua época, contudo sempre com o objetivo de superar cada sistema econômico vigente como forma melhorar a qualidade de vida. Mas, cada organização de trabalhadores criada em seus respectivos períodos históricos, como: as corporações de ofício no Feudalismo, as cooperativas no Industrialismo e as empresas autogestionárias no Capitalismo Financeiro se constituíram em componentes importantes da evolução destes empreendimentos humanos.

No caso emblemático da economia solidária em Pernambuco, a Usina Catende ou Companhia Agrícola Harmonia, teve desde o início a orientação e parcerias de importantes entidades da Sociedade Civil como a FETAPE e em especial a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) que surgem no contexto da crise de desemprego e de falência de empresas, e objetivando recuperar e manter o trabalho e renda, proporcionar aos trabalhadores as condições de desenvolver práticas autogestionárias e conhecer coletivamente a atividade produtiva, desenvolvendo instrumentos e planos de melhoria contínua para a consolidação dos empreendimentos (ANTEAG, 2006).

Na apresentação dos dados tornou-se possível verificar as dimensões das atividades, bem como seu modo de gestão. Dados como a diversificação das culturas agropecuárias, são destacados porque se contrapõem ao antigo sistema de privações que os trabalhadores sofriam com os antigos proprietários da Usina Catende. Agora, além de terem ampliado e melhorado o sistema produtivo e funcional, os trabalhadores tem suas condições de trabalho e de vida também melhoradas, através da possibilidade de utilização da terra (com permissão da Administração Judicial) para diversificação dos plantios e atividades de pecuária. Um aspecto relevante desta iniciativa é garantia do acesso a terra daqueles que nela trabalha, invertendo uma lógica cruel que marca a história de milhares de camponeses nordestinos.

Fortes limitações restringem a possibilidade de esta experiência ser de fato um modelo alternativo a ser adotado em outras empresas da região. A capacidade de desenvolver um sistema de autogestão com eficiência administrativa, em particular num setor com forte crise na sua capacidade competitiva é um processo de extrema complexidade (MAGALHÃES,

2001). Superar relações hierarquizadas autoritárias por autogestão numa cultura arraigada de submissão por parte dos trabalhadores é um processo muito lento.

Também se por um lado é possível vislumbrar a viabilidade econômica do empreendimento, por outro, identificamos questões cruciais que afetam a experiência e que podem dificultar a consolidação de um projeto político estruturador. Essas questões estão relacionadas à sustentabilidade econômica do empreendimento, pois a mesma é obtida através das vendas antecipadas da safra junto a órgãos como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e que fatos como a inundação da fábrica, ocorrida em 2000 acentuou negativamente no crescimento produtivo e conseqüentemente financeiro da usina.

Apontamos que intenção inicial dos trabalhadores e sindicatos era preservar o patrimônio para garantir o pagamento dos trabalhadores e manter a usina em funcionamento para garantir os empregos. Porém, o movimento foi adquirindo objetivos de caráter mais estratégico visando desenvolver um exemplo de usina gerida por trabalhadores num modelo de autogestão, um caso exemplar a ser replicado na região.

Assim verificamos uma busca na construção e amadurecimento nos laços de gestão coletiva participativa como uma forma de revitalização dos ideais emancipatórios de gestão (GAIGER, 2004b) provindos de representações dos trabalhadores. Acreditamos que este modelo ainda tem que ser aprimorado. Pois é notório o avanço de uma gestão individual capitalista (promovida pelos usineiros) para uma co-gestão participativa, porém modelo de gestão ainda não atingiu a autogestão almejada (como alguns pesquisadores e participantes da economia solidária propagam). Trata-se de uma gestão co-gestionária onde Administração Judicial exerce um poder de comando forte, apesar da participação e pressão dos sindicatos, associações e conselhos. Também se observa a falta de dinâmica na busca de aperfeiçoar ou capacitar lideranças dos trabalhadores para estarem renovando o quadro da Administração Judicial (como o caso do sr. Marivaldo).

Outro ponto que verificamos neste trabalho é que apenas cerca de 55% dos trabalhadores credores aderiram ao Projeto Harmonia (como é conhecida a usina após a implementação do modelo de co-gestão), assim é necessário verificar o porquê dos demais credores não estarem no projeto? E como impulsionar a adesão destes?

Essas questões apontadas anteriormente são cruciais para o futuro da Usina Catende – Harmonia, pois um trabalho de renovação do quadro de pessoal da administração da usina através da apropriação de cargos pelos próprios trabalhadores credores (ou jovens filhos ou filhas de credores), assim participando diretamente da gestão, conjugado com a implementação de novos mecanismos que dinamizem a participação dos trabalhadores, são algumas contribuições que auxiliarão na caminhada mais segura rumo ao almejado sonho da viabilidade de um empreendimento solidário autogestionário no segmento da cana-de-açúcar.

4. Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO; PROJETO CATENDE HARMONIA. *Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia*. Catende, 2005.
- ANTEAG. *Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão*. Disponível em: <<http://www.wanteag.org.br>> acesso em: Março de 2006.
- BRONCKHORST, Christina da Silva Van; CARVALHO, Mariléa B. de. *Em busca da autogestão: a participação na associação de costura e treinamento do distrito de São Domingo – Brejo da Madre de Deus – PE*. Recife, 2000.
- CATTANI, Antônio David. A outra economia: conceitos essenciais. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). *A Outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, 9-14.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> acesso em: Março de 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. Apresentação. In: GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, 7-15.

_____. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004b, 371-402.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. *Reestruturação produtiva e ação institucional na Zona da Mata Pernambucana*. São Paulo: Plural Cooperativa Consultoria, Pesquisa e Serviços, 2001.

NASCIMENTO, Cláudio. *Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende*. SENAES, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Textos_Discussao/default.asp> acesso em: Julho de 2005.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> acesso em: Março de 2006.

PRONAF. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm> acesso em: Julho de 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUÉZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 23-77.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 81-127.